

ORA newsletter

Nº 43 – AGOSTO/2010
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Julho de 2010	1
IRC, IRS, IS e Impostos Especiais sobre o Consumo – Alterações	2
Revisores e Auditores	6

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – JULHO DE 2010

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 467/2010, de 7 de Julho - Define o custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas.

Esta portaria vem introduzir uma diferenciação no relevo fiscal dos gastos suportados com a aquisição de veículos favorecendo o recurso, por parte das empresas, à utilização de automóveis movidos exclusivamente a energia eléctrica, por comparação com a utilização de automóveis convencionais.

Assim, para as viaturas ligeiras de passageiros ou mistas adquiridas no período de tributação iniciado em 1 de Janeiro de 2010 ou após essa data, o montante a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 34.º do Código do IRC é fixado em 40.000 euros. Para as viaturas ligeiras de passageiros ou mistas adquiridas no período de tributação que se inicie em 1 de Janeiro de 2011 ou após essa data, o montante referido anteriormente passa a ser de: i) 45.000 euros relativamente a veículos movidos exclusivamente a energia eléctrica; ii) 30.000 euros relativamente às restantes viaturas não abrangidas na alínea anterior. Para as viaturas ligeiras de passageiros ou mistas adquiridas nos períodos de tributação que se iniciem em 1 de Janeiro de 2012 ou após essa data, o montante passa a ser de: i) 50.000 euros relativamente a veículos movidos exclusivamente a energia eléctrica; ii) 25.000 euros relativamente às restantes viaturas não abrangidas na alínea anterior.

Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações - Portaria n.º 468/2010, de 7 de Julho - Estabelece os termos em que são concedidos os incentivos financeiros à aquisição de veículos novos exclusivamente eléctricos previstos no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de Abril.

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - Regulamento da CMVM n.º 4/2010, de 8 de Julho - Deveres de informação de interesses a descoberto relevantes sobre acções.

Assembleia da República - Lei n.º 15/2010, de 26 de Julho - Introduce um regime de tributação das mais-valias mobiliárias à taxa de 20 % com regime de isenção para os pequenos

ORA newsletter

Nº 43 – AGOSTO/2010
(circulação limitada)

investidores e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento - Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho - Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das actividades de serviços e transpõe a Directiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro.

Assembleia da República - Lei n.º 16/2010, de 30 de Julho - Excepciona os bares, cantinas e refeitórios das associações sem fins lucrativos do regime geral de licenciamento.

Assembleia da República – Resolução nº. 82/2010, de 30 de Julho - O “regime de caixa” de exigibilidade do IVA - generalização dos regimes especiais de exigibilidade às microempresas.

IRS, IRC, IS E IMPOSTOS ESPECIAIS sobre o CONSUMO – ALTERAÇÕES

Na *ORA Newsletter* n.º 42 abordámos a alteração das taxas de IVA, decorrente da publicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho (Lei 12-A/2010). Nesta *Newsletter* apresentaremos os restantes impostos (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC); Imposto do Selo (IS) e Impostos Especiais sobre o Consumo) que sofreram alterações com a referida Lei.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

A Lei 12-A/2010 introduziu alterações no Código do IRS nos artigos 68º, 71º, 101º e 102º.

Assim, verificou-se um aumento das taxas gerais, sendo que em 2010 a taxa normal passa a variar entre os 11,08% e os 45,88% (conforme quadro abaixo), enquanto em 2009 a mesma variava entre os 10,5% e os 42% (artigo 68º do CIRS).

Rendimento Colectável (em euros)	Taxas (em percentagens)	
	Normal (A)	Média (B)
Até 4.793	11,08	11,080
De mais de 4.793 até 7.250	13,58	11,927
De mais de 7.250 até 17.979	24,08	19,179
De mais de 17.979 até 41.349	34,88	28,053
De mais de 41.349 até 59.926	37,38	30,944
De mais de 59.926 até 64.623	40,88	31,667
De mais de 64.623 até 150.000	42,88	38,049
Superior a 150.000	45,88	

ORA newsletter

Nº 43 – AGOSTO/2010
(circulação limitada)

As taxas liberatórias de retenção na fonte a título definitivo (artigo 71º do CIRS) aumentaram 1,5% tendo passado de 20% para 21,5%. Destacamos os seguintes rendimentos que se enquadram nesta categoria:

- (i) Os rendimentos obtidos em território português decorrentes de juros de depósitos à ordem ou a prazo (incluindo os dos certificados de depósito), títulos de dívida, nominativos ou ao portador e operações de reporte, cessões de crédito, contas de títulos com garantia de preço ou de outras operações similares ou afins; os de capitais referidos no artigo 5º n.º2 alínea h), i), l) e q) e n.º 3 do CIRS.
- (ii) Os rendimentos de valores mobiliários pagos ou colocados à disposição dos respectivos titulares, residentes em território português, devidos por entidades que não tenham aqui domicílio a que possa imputar-se o pagamento, por intermédio de entidades que estejam mandatadas por devedores ou titulares ou ajam por conta de uns ou outros.
- (iii) Os rendimentos obtidos em território português por não residentes, relativos ao trabalho dependente e a todos os rendimentos empresariais e profissionais, ainda que decorrentes de actos isolados; quaisquer rendimentos de capitais não referidos na alínea (i); pensões; e incrementos patrimoniais previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 9º.

As taxas de retenção na fonte para os rendimentos de trabalho independente e prediais foram agravados em 1,5%, passando para (artigo 101º do CIRS):

- 16,5%, tratando-se de rendimentos da categoria B referidos na alínea c) do n.º1 do artigo 3º, de rendimentos das categorias E e F ou de incrementos patrimoniais previstos nas alíneas b) e c) do n.º1 do artigo 9º.
- 21,5%, tratando-se de rendimentos decorrentes das actividades profissionais especificamente previstas na tabela a que se refere o artigo 151º.
- 11,5%, tratando-se de rendimentos da categoria B referidos na alínea b) do n.º1 e nas alíneas g) e i) do n.º 2 do artigo 3, não compreendidos na alínea anterior.

Por último, também a percentagem a aplicar na fórmula de cálculo dos pagamentos por conta aumentou 1,5%, passando de 75% para 76,5% (artigo 102º do CIRS).

Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas

No Código do IRC foram introduzidos três novos artigos (87º-A, 104º-A e 105º-A), tendo sido criada uma sobretaxa de 2,5%, denominada de “Derrama Estadual”, que incidirá sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000.000 euros e não isento de IRC. Estão obrigados ao pagamento deste imposto os sujeitos passivos residentes em território português que exerçam a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, assim como os não residentes com estabelecimento estável em território português.

ORA newsletter

Nº 43 – AGOSTO/2010
(circulação limitada)

Nas situações em que o regime especial de tributação dos grupos de sociedades se aplica, a taxa anteriormente referida incidirá sobre o lucro tributável apurado na declaração periódica individual de cada uma das sociedades do grupo, incluindo a da sociedade dominante.

A liquidação da derrama adicional deverá ser feita na declaração periódica de rendimentos – Modelo 22.

O pagamento do imposto será feito do seguinte modo (artigo 104º-A):

- Três pagamentos adicionais por conta, em Julho, Setembro e 15 de Dezembro do próprio ano a que respeita o lucro tributável ou no 7º mês, 9º mês e no dia 15 do 12º mês do respectivo período de tributação.
- Até ao último dia do prazo fixado para o envio da declaração periódica de rendimentos – Modelo 22, pela diferença que existir entre o valor total da derrama estadual aí calculado e as importâncias entregues por conta.
- Até ao dia do envio da declaração de substituição, pela diferença que existir entre o valor total da derrama estadual aí calculado e as importâncias já pagas.

Quando o montante da derrama estadual apurado na declaração for inferior ao valor dos pagamentos adicionais por conta, o sujeito passivo tem direito ao reembolso pela respectiva diferença.

O valor dos pagamentos adicionais por conta é igual a 2% da parte do lucro tributável superior a 2.000.000 euros relativo ao período de tributação anterior.

Em suma, com a entrada em vigor da Lei 12-A/2010, as empresas que tenham um lucro tributável superior a 2.000.000 euros passam a ter dois tipos de derrama, a derrama municipal (imposto municipal pago ao Município onde se localiza a empresa, que pode variar até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento) e a derrama estadual (pagamento adicional por conta num montante de 2,5% sobre o lucro tributável). De salientar que o pagamento de um não invalida o pagamento do outro, assim como ambos não terão em conta os prejuízos fiscais a reportar de exercícios anteriores.

Exemplo prático:

Uma empresa com um lucro real tributável no ano n de 2.500.000 euros teria, como referido anteriormente, que efectuar pagamentos adicionais por conta no valor de 2% da parte do lucro tributável superior a 2.000.000 euros, ou seja, teríamos:

$2.500.000 \text{ €} - 2.000.000 \text{ € (diferencial)} = 500.000 \text{ € (valor que incidirá os 2\%)}$
 $500.000 \text{ €} * 2\% = 10.000 \text{ € (valor dos pagamentos por conta adicionais, que poderão ser efectuados em três prestações - em Julho, Setembro e 15 de Dezembro - de 3.333,33 euros cada).}$

ORA newsletter

Nº 43 – AGOSTO/2010
(circulação limitada)

Ao apurar o lucro tributável real do ano n+1 na declaração do Modelo 22 o mesmo ascendeu a 3.000.000 euros. Subtraindo o diferencial de 2.000.000 euros, deu um resultado de 1.000.000 euros, sobre o qual incide a taxa de 2,5%. Teríamos então: $1.000.000 \text{ €} \times 2,5\% = 25.000 \text{ €}$ (valor da derrama estadual)

Como o sujeito passivo já efectuou o pagamento de 10.000 euros dos 25.000 euros, teria ainda de pagar 15.000 euros até ao final do mês de Maio, aquando da entrega do Modelo 22.

Apresentamos de seguida um quadro resumo com as obrigações de pagamento em IRC com a entrada em vigor da Lei 12-A/2010:

Obrigações de Pagamentos em IRC		
Ano n	Pagamentos a efectuar	
Março	PEC	
Julho	Pagamento por Conta de IRC	Pagamento de Derrama Estadual ¹
Setembro	Pagamento por Conta de IRC	Pagamento de Derrama Estadual ¹
Outubro	PEC (2ª prestação) ²	
15 de Dezembro	Pagamento por Conta de IRC	Pagamento de Derrama Estadual ¹
Ano n+1	Pagamentos a efectuar	
31 de Maio	Autoliquidação de IRC ³ (IRC, derrama municipal e derrama estadual)	

1 – Lucro tributável superior a 2.000.000 euros.

2 – Na opção de se efectuar o PEC em duas prestações.

3 – Apuramento do valor efectivamente devido e acerto de contas em relação aos valores de IRC já entregues e derrama estadual já paga ao longo do ano.

Imposto do Selo

A verba 17 da Tabela Geral do Imposto do Selo sofreu alterações no que respeita à utilização de crédito, tendo sido introduzida uma nova alínea para a utilização de crédito em virtude da concessão de crédito no âmbito de contratos de crédito a consumidores abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de Junho. Deste modo, as taxas a aplicar nestas situações são 0,07% (crédito de prazo inferior a um ano por cada mês ou fracção); 0,90% (crédito de prazo igual ou superior a um ano); 1% (crédito de prazo igual ou superior a cinco anos) e 0,07% (nos casos em que não é possível determinar o prazo, nomeadamente no crédito utilizado sob a forma de conta corrente, descoberto bancário ou qualquer outra forma).

Impostos Especiais sobre o Consumo

Em termos de Impostos Especiais sobre o Consumo foi alterado o n.º 1 do artigo 85º, passando a ser diferentes as taxas aplicadas aos cigarros consumidos na Madeira e nos Açores e

ORA newsletter

Nº 43 – AGOSTO/2010
(circulação limitada)

fabricados por pequenos produtores cuja produção anual não ultrapasse as 500 toneladas. Deste modo, nos Açores as taxas mantiveram-se (elemento específico – 9,28 €; elemento *ad valorem* -36,5%), enquanto na Madeira a taxa relativa ao elemento específico aumentou, passando a ser de 15 €, e a do elemento *ad valorem* manteve-se nos 36,5%.

- Lisa Silva -

Bibliografia:

- Código do IRS, Código IRC, Código do Imposto do Selo e Código dos Impostos Especiais de Consumo.
- Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.
- “O agravamento da tributação do IRS”, Jornal de Negócios, Artigo de João Antunes.
- “Derrama Estadual”, Vida Económica, Artigo de Vera Vieira Nunes.

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas deu conhecimento, através de circular de 14 de Julho, da Directriz de Revisão/Auditoria 950 – Programas no Âmbito da Cooperação Territorial Europeia – Instituto Financeira para o Desenvolvimento Regional, cujo objectivo é o de estabelecer normas e proporcionar orientações quanto aos procedimentos a adoptar pelo Revisor para efeitos de emissão da respectiva declaração que acompanha a execução dos projectos pelos promotores.

Foi publicado em Diário da República, o Regulamento nº 654/2010, de 30 de Julho, do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, sobre Supervisão do Controlo de Qualidade da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Nota: Esta publicação da ORA é genérica e meramente informativa, pelo que não tem intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou a necessidade de obtenção de opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.